

RELATÓRIO - Nº 64515287/2026
GCBR-DEGEP

Processo nº 53180.007396/2026-59

Assunto: Regulamento da Remuneração dos Membros Estatutários.

REGULAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS DOS CORREIOS

Vigência: Abril/2026 a Março/2027.

Aprovação: 7ª RECA/2026

Membros Estatutários: Membros da Diretoria Executiva - DIREX (Presidente e Diretores), do Conselho de Administração - CA, do Conselho Fiscal - CF, do Comitê de Auditoria - COAUD e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COPES.

Percentual de Reajuste: 0% em todas as rubricas.

OBSSERVAÇÕES:

- I - Os itens aprimorados e/ou atualizados estão com texto em negrito e sublinhado.
- II - Em caso de qualquer alteração nas regras em decorrência da aprovação na Assembleia Geral do respectivo ano, o presente regulamento será devidamente ajustado.

1. ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1. Compete à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest/MGI, de acordo com a legislação vigente, instruir o voto da União em Assembleia Geral sobre a remuneração dos administradores, dos liquidantes, dos conselheiros e dos membros dos demais órgãos estatutários das empresas estatais federais, inclusive dos honorários mensais, dos benefícios e da remuneração variável.

1.1.1. De acordo com orientações da Sest, é vedado o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

1.1.2. Também é vedado expressamente a aplicação aos membros estatutários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da Empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, na sua respectiva data-base.

1.1.3. Em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho [Link](#)).

1.2. Os valores individuais por rubricas e cargos e os valores globais da remuneração de membros estatutários são aprovados, anualmente, em Assembleia Geral, para cada ciclo de abril de um ano a março do ano seguinte, sendo que os valores vigentes encontram-se disponíveis no [site](https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores/servidores) dos Correios: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores/servidores>.

RUBRICAS AFETAS A TODOS OS MEMBROS ESTATUTÁRIOS

2. HONORÁRIO

2.1. É o salário fixo mensal pago aos membros estatutários, considerando que:

- a) Aos membros estatutários são devidos honorários mensais, correspondendo a 12 parcelas fixas no ciclo da Remuneração.
- b) O valor do honorário do Presidente corresponde ao incremento de 15% sobre o honorário dos Diretores.

c) Os honorários dos conselheiros do CA e CF são limitados, pela Lei 9.292/1996 ([Link](#)), a 10% da remuneração mensal média **dos membros da DIREX**, considerando os honorários e gratificação natalina.

d) Em casos de substituição temporária de Conselheiros, dentro do mês, o valor mensal será pago integralmente tanto para o membro titular quanto para o suplente devendo o excedente ser justificado quando da prestação de contas.

e) Os honorários dos membros do COAUD correspondem ao percentual de 20% da remuneração **mensal média dos membros** da DIREX, considerando os honorários e gratificação natalina.

f) Para o membro externo do COPES (limitado a 1 membro) está previsto o pagamento de honorário de 5% da remuneração **mensal média dos membros da DIREX**, considerando os honorários e gratificação natalina.

3. INSS

3.1. É a contribuição que tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

a) Encargo regulado pelo Decreto 3.048/1999 ([Link](#)). Para os **Membros da DIREX** é utilizado o percentual de 20% sobre o honorário, gratificação natalina, gratificação de férias e **auxílio alimentação** e para os conselheiros/membros do CA, CF, COAUD, COPES, restrito ao honorário mensal; e

b) Inclusão do Auxílio Alimentação no cálculo do INSS, tendo em vista o pagamento em pecúnia.

3.2. **Para Membro da DIREX que ingressar por meio de cessão do Serviço Público, amparado por regime próprio de previdência social, não cabe o recolhimento para o regime geral da previdência por parte dos Correios, em decorrência do art. 12 da Lei nº 8.213/91.**

RUBRICAS AFETAS APENAS AOS MEMBROS DA DIREX

4. GRATIFICAÇÃO NATALINA

4.1. O pagamento da gratificação natalina dos membros da Diretoria Executiva - DIREX corresponde a 1 honorário definido no respectivo ciclo de remuneração, sendo pago mensalmente na proporção de 1/12 avos.

5. GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

5.1. O pagamento da gratificação de férias dos membros da DIREX corresponde a 1/3 dos honorários definidos no respectivo ciclo de remuneração, sendo efetuado o pagamento mensal na proporção de 1/12 avos dessa gratificação, desvinculado do período de fruição.

5.2. **O período de fruição é definido de forma proporcional ao tempo trabalhado, ou seja, 30 dias dividido por 12 meses de um ano = 2,5 por dia trabalhado, multiplicado pela quantidade de meses. Será considerado como 1 mês efetivamente trabalhado, fração igual ou superior a 15 dias.**

5.3. **Para os Membros da DIREX que mantenham vínculo com o órgão de origem, por meio de Cessão, prevalecerá a regra do órgão de origem.**

5.3.1. A venda de férias não se aplica, uma vez que, a decisão de não gozar férias, no caso dos membros da DIREX, é ato de gestão.

5.4. É vedado converter a gratificação de férias em espécie e indenização.

6. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

6.1. É o benefício que visa subsidiar as despesas com a alimentação dos membros da DIREX, por mera liberalidade da Empresa, considerando que:

a) O valor é definido conforme diretrizes da Sest e compõe a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada em Assembleia para o respectivo ciclo, pago ao dirigente mensalmente em pecúnia.

b) No período de fruição de férias, licença gestante e licença adoção, será concedido o referido auxílio nas mesmas condições dos demais meses.

c) Não será devido o auxílio alimentação nos casos em que coexistir pagamento, pelos

Correios, de verba com mesma finalidade.

d) A proposta de valor dessa rubrica não inclui o compartilhamento.

6.2. Os membros do Conselhos de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e dos demais órgãos estatutários, tem direito a receber auxílio-alimentação, conforme previsto no Art. 23, parágrafo único do Estatuto Social dos Correios.

a) conforme orientado pela Sest, a concessão de tais benefícios é por mera liberalidade da Empresa e como tal, deverá ser registrada como ressarcimento de despesas, dado o caráter indenizatório da verba, e não de remuneração propriamente dita. Assim, não fazem parte da remuneração dos membros dos órgãos estatutários (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários).

7. AUXÍLIO MORADIA

7.1. É o reembolso das despesas com aluguel ou hospedagem, exclusivamente, aos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), que tenham se deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício do cargo e desde que não residentes ou domiciliados, quando de sua nomeação, na mesma região metropolitana de funcionamento do Correios Sede, de forma condicionada ao atendimento dos seguintes critérios:

- a) O benefício tem natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, e será pago ao membro da Diretoria Executiva, mensalmente, mediante requerimento e comprovação de despesas do mês anterior relativas a aluguel ou hospedagem, concordante com os parâmetros dispostos para a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada para o ciclo do requerimento;
- b) O reembolso é limitado ao valor mensal individual aprovado em Assembleia para o ciclo do requerimento;
- c) Não serão ressarcidas quaisquer outras despesas, além do aluguel ou hospedagem, tais como condomínio, energia, gás, água, impostos e taxas;
- d) O membro da Diretoria Executiva ou seu cônjuge ou companheiro(a) não pode ser proprietário de imóvel residencial na mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;
- e) O deslocamento não pode ter sido por força de lotação ou nomeação para cargo efetivo; e
- f) O benefício não deverá ser pago caso o cônjuge ou companheiro(a) ou outra pessoa que resida com o membro da Diretoria Executiva ocupe imóvel funcional, receba auxílio-moradia ou qualquer outra verba de idêntica natureza de órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta ou dos Poderes Legislativo ou Judiciário de qualquer dos entes federativos.

8. AJUDA DE CUSTO

8.1. É o reembolso, aos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), das despesas relativas a: transporte do dirigente e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais, com necessidade de comprovação de despesas, quando deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício de cargo na Diretoria Executiva dos Correios. O pagamento desta rubrica considera os seguintes critérios:

- a) o benefício tem natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, e será pago ao membro da Diretoria Executiva, mediante requerimento e comprovação de despesas, concordante com os parâmetros dispostos para a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada para o ciclo do requerimento;
- b) o valor é de até 1 (um) honorário, por dirigente, que poderá ser reembolsado quando da mudança de domicílio para assumir cargo na Diretoria Executiva e/ou quando da destituição do cargo para retorno à cidade de origem, desde que não residente ou domiciliado, quando de sua nomeação, na mesma região metropolitana de funcionamento do Correios Sede;
- c) o membro da Diretoria Executiva fica obrigado a restituir a ajuda de custo, quando, injustificadamente, não se apresentar no novo destino, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação ou destituição;
- d) em caso de falecimento do membro da Diretoria, os familiares terão direito a solicitar a indenização das despesas com transporte da família para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano; e
- e) é vedado o pagamento retroativo, **ou seja, a ajuda de custo só pode ser paga a partir de 01/04/2024.**

9. PLANO DE SAÚDE

9.1. É o benefício de assistência médica e hospitalar ofertado aos membros da Diretoria Executiva, com base nas seguintes regras:

a) **Dirigentes Empregados:** serão mantidos como beneficiários do plano de saúde vigente nos Correios, caso já o sejam.

b) **Dirigentes não Empregados:** será concedido o auxílio na modalidade de reembolso, desde que as seguintes regras sejam satisfeitas:

I - O dirigente que fizer jus ao recebimento do benefício de auxílio saúde na forma de reembolso, terá que comprovar, periodicamente, a contratação do plano de saúde ou seguro saúde e o efetivo pagamento à administradora; e

II - A limitação da inscrição, como beneficiários dependentes, é restrita a:

- cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo;
- filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade;
- filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente;
- filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e
- os menores sob tutela ou curatela.

c) O reembolso do Plano de Saúde aos dirigentes será limitado ao menor valor entre:

I - o montante efetivamente pago pelo plano de saúde ou do seguro saúde; ou

II - o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas.

10. QUARENTENA

10.1. É o pagamento de remuneração compensatória aos ex-membros da Diretoria Executiva, equivalente a até 6 (seis) meses de honorários do cargo que exerceu, quando houver a configuração de conflito de interesses após o término do exercício do cargo, considerando que:

a) Cabe a Comissão de Ética Pública - CEP/PR autorizar expressamente o pagamento da quarentena;

b) A consulta deve ser formulada diretamente pelo dirigente à CEP/PR; e

c) A configuração do conflito de interesse baseia-se na Lei de Conflito de Interesses - Lei 12.813/2013 ([Link](#)), na Resolução CGPAR 39/2022 ([Link](#)) e no Estatuto Social dos Correios ([Link](#)).

11. FGTS

11.1. É a contribuição com o objetivo de proteger **os membros da DIREX**, mediante a abertura de uma conta vinculada ao exercício do cargo.

a) Apesar de os Membros Estatutários não prestarem serviço a empregador, o artigo 16 da Lei 8.036/1990 ([Link](#)) prevê a equiparação do diretor não empregado aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS, razão pela qual, por isonomia, essa condição segue estendida para todos os Diretoria Executiva, com previsão dessa rubrica nos encargos da Empresa, **exceto para os membros da DIREX cedidos do Serviço Público da União, dos Estados e dos Municípios, cuja legislação não prevê o recolhimento de FGTS.**

b) Para fins de definição dos valores mensais, considera-se o percentual de 8% sobre o honorário, gratificação natalina, gratificação de férias e auxílio alimentação do dirigente (tendo em vista o pagamento em pecúnia).

RUBRICAS AFETAS APENAS AOS MEMBROS DA DIREX, CA E CF

12. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

12.1. É o Regime de Previdência Complementar - RPC que tem por finalidade proporcionar uma

proteção previdenciária adicional àquela oferecida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS ou pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, considerando que:

- a) É regulada pela Lei Complementar 109/2001 ([Link](#)) e é um benefício opcional aos membros estatutários que aderirem ao Postalis;
- b) O valor global estimado de despesa, é de 12 parcelas iguais e mensais, tendo por base de cálculo para membros da Diretoria Executiva: 13,38% sobre o honorário, gratificação de férias e gratificação natalina e para membros do CA e CF: 13,38% sobre o honorário. O percentual aplicado considera a seguinte composição: 12% (4% da parcela "P" + 8% da parcela "K") relativa à contribuição máxima, acrescida de 1,38% a título de contribuição específica prevista para possível afastamento, conforme Art. 26º do Regulamento PostalPrev. ([Link](#)); e
- c) Conforme artigo 16 da Lei Complementar 109/2001 ([Link](#)), não há previsão de previdência complementar para membros de comitês, logo, não haverá pagamento da referida rubrica para os membros do Comitê de Auditoria - COAUD e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COPES.

PRINCIPAIS FUNDAMENTAÇÕES

ITEM	ORIENTAÇÃO DESTACADA	DOCUMENTO/LEGISLAÇÃO
Honorários dos Membros da DIREX	Para o ciclo 2025/2026 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica _SEST_14330/2025/MGI (63851925), como segue: 9. Com relação aos honorários fixos mensais dos diretores, a empresa não propôs reajuste, resultando em honorários mensais de R\$53.286,39 diretor presidente) e R\$46.336,00 (demais diretores) (...)	- Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)

<p>Honorários dos Conselheiros</p>	<p>Os honorários dos conselheiros são dispostos na Lei 9.292/1996 (Link), em que é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores. A base de cálculo, ora mantida, nesse particular, incluiu honorários e gratificação natalina, conforme remuneração aprovada para o ciclo 2023/2024, de acordo com a transcrição a seguir da Nota Técnica 10084/2023/MGI (47215553):</p> <p>13. Dessa forma, esta Secretaria, no âmbito de suas atribuições, manifesta-se pela fixação da remuneração dos membros estatutários da ECT, nos seguintes termos:</p> <p>(...)</p> <p>c) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; g.n.</p> <p>Para o ciclo 2025/2026 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica _SEST_14330/2025/MGI (63851925), como segue:</p> <p><u>9. (...) A remuneração dos conselheiros de administração e fiscais observará o limite de 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva (art.1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996).</u></p> <p>Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</p> <p><u>9. Os honorários fixos dos conselheiros de administração e conselheiros fiscais deverá ser equivalente a 10% da remuneração mensal média dos(as) diretores(as) executivos(as), conforme art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, e art. 40 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.</u></p> <p><u>10. Para cálculo dos honorários fixos dos conselheiros de administração e conselheiros fiscais, adota-se a expressão matemática a seguir.</u></p> <p><u>Honorário conselheiros = (média remuneração dos dirigentes * 10% * 13)/12</u></p> <p><u>11. Sendo que a média de remuneração dos dirigentes é calculadas da seguinte forma: (hon. presidente + (qtde vice-presidentes * hon. vice-presidentes) + (qtde diretores * hon. diretores)) / (1 + qtde vice-presidentes + qtde diretores)</u></p> <p><u>12. Em outras palavras, obtém-se inicialmente a média ponderada da remuneração fixa dos dirigentes, na qual o denominador é dado pelo total de cargos de cada instância executiva de direção, caso exista mais de uma (diretores, vice-presidentes e presidente, por exemplo). Em seguida, tal média é multiplicada por 10% e por 13 (treze), a fim de considerar a gratificação natalina percebida pelos(as) diretores(as). O resultado deverá ser então dividido por 12, uma vez que remuneração dos conselheiros deverá ser feita em 12 parcelas, conforme item 37 do Parecer PGFN/CAS nº 97/2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.</u></p>	<p>- Lei 9.292/1996 (Link)</p> <p>- Nota Técnica <u>_SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p> <p>- Ofício Sest 15/2026 (63782341)</p>
------------------------------------	--	--

<p>Substituição temporária de conselheiros</p>	<p><u>Para o ciclo 2020/2021 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME (20000799) da seguinte forma:</u></p> <p>"44. Em relação ao Conselho Fiscal, verifica-se que a empresa prevê pagamento de honorário para um membro suplente. Ressalta-se que <u>não há necessidade de constar previsão de despesas com substituições temporárias dos conselheiros, e, em ocorrendo eventuais substituições, a companhia poderá efetuar o desembolso, registrando o excesso da rubrica, com a devida justificação do fato. (...)</u>" g.n.</p> <p><u>Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</u></p> <p><u>14. Em sentido análogo, orienta-se que não seja incluída a remuneração eventualmente devida aos suplentes de conselheiros fiscais, uma vez que seu valor e as ocasiões em que seu pagamento deverá ser efetuado estão definidos pela Lei n.º 9.292, de 12 de julho de 1996. Tal entendimento também decorre do que consta da seção VII do Parecer PGFN/CAS nº 97/2013, da PGFN.</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME (20000799) - Ofício conjunto 29503327/2022 - GERB-DEGEP (47492728) - Parecer PGFN/CAS/Nº 97/2023 (47492842) - <u>Ofício Sest 15/2026 (63782341)</u>
--	---	---

Honorário
membros
Comitê
Auditoria
COAUD

Na Nota Técnica nº 14171/2022/ME **(38938816)** foi previsto:

14. Além disso, a empresa propõe fixar o honorário mensal dos membros do Comitê de Auditoria em 20% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva, em consonância aos limites do §8º, artigo 38º, do Decreto 8945/2016. Esta Secretaria manifesta-se favoravelmente à proposta, considerando que o valor proposto está condizente com o praticado por empresas estatais federais de porte semelhante.

Para o ciclo 2025/2026 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica _SEST_14330/2025/MGI (63851925), como segue:

11. Em relação aos Comitês de Auditoria (Coaud), e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes), os valores de remuneração aprovado pela Sest/MGI para o período de abril/24 a março/25 para todos os membros equivalia a 20%, no caso do Coaud, e 5%, no caso do Copes, dos honorários fixos médios dos diretores, considerada a gratificação natalina. Neste contexto, quanto a este ponto específico, a Sest/MGI orienta o voto da União no sentido de manter a remuneração dos membros de tais comitês nos mesmos patamares aprovados anteriormente.

Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:

15. No que se refere aos integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário, destaca-se que a legislação estabelece vedações específicas, em especial a proibição de recebimento de qualquer outro tipo de remuneração paga pela controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, conforme inc. III do § 1º do art. 25 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

16. A remuneração do membro do Comitê de Auditoria Estatutário não poderá ser inferior à que é paga aos conselheiros fiscais, em linha com o § 8º do art. 38, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Em complemento, o § 9º do referido dispositivo regulamentar orienta opção exclusiva pela remuneração recebida a título de participação no Comitê de Auditoria Estatutário, no caso dos conselheiros de administração que também integram aquele colegiado.

- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)
- Nota Técnica nº 14171/2022/ME (38938816)
- **Nota Técnica**
_SEST_14330/2025/MGI
(63851925)
- **Ofício Sest** **15/2026**
(63782341)

<p>Honorário membro externo do COPES</p>	<p>A partir do ciclo 2024/2025 foi aprovada a inclusão de honorário para 1 membro externo do COPES, com base no Decreto 11.048 de 18/04/2022, que alterou o Decreto 8.945 de 27/12/2016, para prever a possibilidade do COPES ter em sua composição membros externos remunerados. O valor do honorário referenciado é calculado com base em 5% da remuneração média da diretoria executiva, incluída a gratificação natalina, conforme manifestação da Sest por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), a saber:</p> <p>32. Acerca da inclusão de previsão de remuneração de um membro externo do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, dado que o estatuto social da empresa, em seu art. 102, autoriza membros externos remunerados no referido comitê, esta Sest/MGI aprova a proposta da empresa, estabelecendo em R\$ 2.563,65, equivalente a 5% da remuneração média da diretoria executiva, incluída a gratificação natalina. Em relação a esta rubrica, a Sest/MGI incluiu na base de cálculo a gratificação natalina, com vistas a alinhar a fórmula de cálculo deste comitê em relação aos demais.</p> <p><u>Para o ciclo 2025/2026 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925), como segue:</u></p> <p><u>11. Em relação aos Comitês de Auditoria (Coaud), e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes), os valores de remuneração aprovado pela Sest/MGI para o período de abril/24 a março/25 para todos os membros equivalia a 20%, no caso do Coaud, e 5%, no caso do Copes, dos honorários fixos médios dos diretores, considerada a gratificação natalina. Neste contexto, quanto a este ponto específico, a Sest/MGI orienta o voto da União no sentido de manter a remuneração dos membros de tais comitês nos mesmos patamares aprovados anteriormente.</u></p> <p><u>Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</u></p> <p><u>17. A situação é diversa no caso dos membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, os quais não poderão perceber remuneração por sua atuação no Comitê, caso também sejam membros do Conselho de Administração ou de outro Comitê da empresa estatal federal, conforme § 3º do art. 21 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Caso se trate de membros externos, ou seja, que não integrem o Conselho de Administração ou outro Comitê da empresa estatal, sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral, devendo ser contemplados na planilha circulada nesta oportunidade.</u></p>	<p>- Decreto 11.048/2022 (Link)</p> <p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- <u>Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p> <p>- <u>Ofício Sest 15/2026 (63782341)</u></p>
--	---	---

Gratificação Natalina	<p>Acórdão 374/2018 do TCU (Link)</p> <p>"9.2 dar ciência à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais sobre os seguintes entendimentos deste Tribunal relativos à remuneração de dirigentes de empresas estatais:</p> <p>9.2.1. o eventual pagamento da gratificação natalina a dirigentes de empresas estatais federais dependentes ou não de recursos do Orçamento-Geral da União:</p> <p>9.2.1.1. deve ser aprovado, como parte da remuneração anual, pela unidade à qual couber essa competência de acordo com as normas vigentes à época;</p> <p>9.2.1.2. deve observar os princípios da economicidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público e as práticas de mercado;</p> <p>9.2.1.3. não pode ensejar qualquer forma de pagamento em duplicidade com relação a parcelas incluídas na retribuição mensal ou outras formas de gratificação;"</p> <p>9.4. tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão 2600/2016-TCU-Plenário;</p> <p>9.5. determinar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais que passe a acompanhar o processo de fixação dos honorários dos dirigentes das empresas estatais federais e verificar os respectivos pagamentos a fim de detectar a eventual ocorrência de irregularidades;</p> <p>(...)"</p>	<p>- Acórdão 374/2018 do TCU (Link) - Ofício Circular_111_de_2018_MP (39066191)</p>
Gratificação de Férias	<p>Para a referida gratificação tem-se o pagamento com fulcro no MANPES e no Estatuto Social dos Correios (Link):</p> <p>MANPES Módulo 1, Capítulo 01: Gratificação de Férias - 1/3 Constitucional: É valor pago ao empregado, ao dirigente e ao cedido, correspondente a 1/3 adicional à remuneração, por ocasião das férias.</p> <p>Estatuto Social: Art. 58. Os membros da Diretoria-Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.</p>	<p>- MANPES, Módulo 1, Capítulo 1 - Estatuto Social dos Correios (Link), Artigo 58.</p>

INSS	<p>Decreto 3.048/1999 (Link)</p> <p>Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:</p> <p>(...)</p> <p>V - como contribuinte individual: (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999)</p> <p>(...)</p> <p>e) desde que receba remuneração decorrente de trabalho na empresa: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).</p> <p>2. o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020).</p> <p><u>Lei 8.213/1991 (Link)</u></p> <p><u>Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)</u></p> <p><u>§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)</u></p> <p><u>§ 2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)</u></p> <p><u>Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</u></p> <p><u>13. Orienta-se que os encargos sociais de responsabilidade do empregador (INSS e FGTS) não integrem a remuneração dos administradores prevista no art. 152 da Lei nº 6.404/1976, em alinhamento com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários - CVM no processo nº 19957.007457/2018-10.</u></p>	<p>- Decreto 3.048/1999 (Link)</p> <p>- <u>Lei 8.213/1991 (Link)</u></p> <p>- <u>Ofício Sest 15/2026 (63782341)</u></p>
------	---	---

FGTS	<p>Lei 8.036/1990 (Link)</p> <p>Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.</p> <p><u>Para o ciclo 2026/2027 a Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</u></p> <p><u>13. Orienta-se que os encargos sociais de responsabilidade do empregador (INSS e FGTS) não integrem a remuneração dos administradores prevista no art. 152 da Lei nº 6.404/1976, em alinhamento com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários - CVM no processo nº 19957.007457/2018-10.</u></p>	<p>- Lei 8.036/1990 (Link)</p> <p>- <u>Ofício Sest 15/2026 (63782341)</u></p>
Auxílio Alimentação	<p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>27. Acerca do benefício auxílio-alimentação, a diretriz desta Secretaria foi permitir a revisão dos valores dos benefícios, em caso de distorções em relação àqueles pagos aos empregados da empresa estatal federal. Em análise da perda inflacionária do valor da rubrica, por meio da calculadora digital do IPCA do IBGE (https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php), desde sua última atualização autorizada 2015, define-se o reajuste de 48,15% para o auxílio alimentação dos diretores, perfazendo o valor mensal de R\$ 1.036,09.</p> <p><u>Conforme Nota Técnica SEST 14330/2025/MGI (63851925) no ciclo 2025/2026 foram mantidos os valores do ciclo anterior.</u></p> <p><u>Os membros do Conselhos de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria têm direito ao custeio de auxílio alimentação de acordo com o estabelecido no Estatuto Social dos Correios, Art. 23, parágrafo único, transcrito abaixo:</u></p> <p><u>Estatuto Social dos Correios</u></p> <p><u>"(...)</u></p> <p><u>Art. 22. A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral. Parágrafo único. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada, em Assembleia Geral, em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.</u></p> <p><u>Art. 23. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.</u></p> <p><u>Parágrafo único. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da ECT, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.</u></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- <u>Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME (SEI nº 29506738)</u></p>

(...)"

Ressalta-se que o assunto foi objeto de análise da SEST de acordo com teor dos artigos transcritos da Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME, de 21/07/2020 (SEI nº 29506738) a seguir apresentados, com destaque para o Art. 32 da referida nota, que permite concluir que os ressarcimentos vinculados ao Art. 23 do Estatuto Social dos Correios, em conformidade com a orientação da SEST, não configuram a remuneração que trata o Art. 22 do Estatuto Social supracitado.

Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME, de 21/07/2020 (SEI nº 29506738)

"(...)

Proposta da ECT

28. Desta forma, as modificações propostas são:

a) no artigo 37, estender aos membros do Comitê de Auditoria (COAUD) o custeio de despesas relativas a estadia, alimentação e deslocamento do local de domicílio declarado na empresa até o local da reunião (incluindo auxílio-alimentação), hoje previstos exclusivamente para membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e

(...)

Análise SEST

31. Para a alteração do artigo 37, a ECT justifica que visa atribuir tratamento isonômico àqueles dispensados aos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal.

32. Esta Secretaria não vê óbices à proposta. Todavia, entende que a concessão de tais benefícios constituirá mera liberalidade da companhia e, como tal, deverá ser registrada como ressarcimento de despesas, dado o caráter indenizatório da verba, e não de remuneração propriamente dita. Assim, não deverá compor a base da proposta de remuneração dos membros dos órgãos estatutários (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria). gn

(...)"

- Estatuto Social dos Correios
- Nota Técnica SEST
14330/2025/MGI (63851925)

<p>Auxílio Moradia</p>	<p><u>Para o ciclo 2025/2026 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica _SEST_14330/2025/MGI (63851925), como segue:</u></p> <p><u>10. Quanto ao auxílio-moradia, a proposta da empresa, no valor de R\$4.721,78 está em linha com o limite superior de referência utilizado por esta Secretaria, que visa manter o equilíbrio com as regras vigentes na Administração Pública federal direta, com benefício limitado a 25% do subsídio do cargo de CCE1.18 em 1º de janeiro de 2025, conforme Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024. Registra-se que, para a efetivação do pagamento do benefício, a estatal federal deve possuir um regramento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que preveja, no mínimo, os seguintes termos:</u></p> <p><u>a) o benefício seja deferido exclusivamente a membro da Diretoria-Executiva que tenha se deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício do cargo;</u></p> <p><u>b) o local de residência ou domicílio, quando de sua nomeação, não se situe dentro da mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;</u></p> <p><u>c) o membro da Diretoria-Executiva, cônjuge ou companheiro(a) não seja proprietário de imóvel residencial na mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;</u></p> <p><u>d) o deslocamento não tenha sido por força de lotação ou nomeação para cargo efetivo;</u></p> <p><u>e) o benefício não deverá ser pago caso o cônjuge ou companheiro(a) ou outra pessoa que resida como membro da Diretoria-Executiva ocupe imóvel funcional, receba auxílio-moradia ou qualquer outra verba de idêntica natureza de órgão ou entidade da Administração Direta, ou Indireta ou dos Poderes Legislativo, ou Judiciário de qualquer dos entes federativos;</u></p> <p><u>f) o benefício terá natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, no valor comprovadamente gasto no mês anterior com aluguel ou hospedagem, até o limite aprovado.</u></p> <p><u>(...)</u></p> <p><u>13. Realizados os apontamentos cabíveis quanto à proposta encaminhada pela empresa para o período específico, reproduzem-se a seguir as recomendações da Sest/MGI usualmente aplicáveis ao item da pauta, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</u></p> <p><u>(...)</u></p> <p><u>g) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração; e</u></p>	<p>- Ofício n.º 305/2023/MGI, de 10 de abril de 2023 (32995382)</p> <p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- Ofício Circular 187/2024_MGI (47281305)</p> <p>- <u>Nota Técnica _SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p>
------------------------	---	---

Ajuda de Custo	<p>Criação da rubrica a partir do ciclo abr/2024 a mar/2025, conforme item 29 da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262) a seguir transcrito:</p> <p>29. A Sest/MGI autoriza a implantação de ajuda de custo para despesas de mudança de domicílio, por se tratar de benefício autorizado a outras empresas estatais de porte semelhante, para o período de abril de 2024 a março de 2025. O valor do benefício, contudo, deve ser equivalente a 1 (um) honorário fixo, por dirigente, em linha com o padrão adotado pelas empresas estatais federais. Recomenda-se que a ECT - caso ainda não o tenha feito - prepare normativo interno a respeito das condições aplicáveis ao recebimento de tal benefício, o qual sugere-se deve conter, em decorrência de boas práticas aplicáveis ao tema, a vedação ao pagamento retroativo.</p> <p><u>Conforme Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925) no ciclo 2025/2026 foram mantidos os valores do ciclo anterior.</u></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- <u>Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p>
Quarentena	<p><u>Lei 12.813/2013 (Link)</u></p> <p>Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos: (...)</p> <p>III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e (...)</p> <p>Art. 8º Sem prejuízo de suas competências institucionais, compete à Comissão de Ética Pública, instituída no âmbito do Poder Executivo federal, e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso: (...)</p> <p>Parágrafo único. A Comissão de Ética Pública atuará nos casos que envolvam os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º e a Controladoria-Geral da União, nos casos que envolvam os demais agentes, observado o disposto em regulamento.</p> <p><u>Conforme Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925) no ciclo 2025/2026 foram mantidos os valores do ciclo anterior.</u></p> <p><u>13. Realizados os apontamentos cabíveis quanto à proposta encaminhada pela empresa para o período específico, reproduzem-se a seguir as recomendações da Sest/MGI usualmente aplicáveis ao item da pauta, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</u></p> <p>(...)</p> <p><u>f) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República- CEP/PR, nos termos da legislação vigente;</u></p>	<p>- Lei de Conflito de Interesses - Lei 12.813/2013 (Link)</p> <p>- Resolução CGPAR 39/2022 (Link)</p> <p>- Estatuto Social dos Correios (Link)</p> <p>- <u>Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p>

<p>Previdência Complementar</p>	<p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>31. Considerando que, conforme informações fornecidas pela empresa via Sistema de Informações de Estatais - Siest, há plano de previdência complementar patrocinado pela ECT, aberto a novas adesões e administrado por entidade fechada de previdência complementar, a Sest/MGI aprova a manutenção da oferta desse benefício aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal.</p> <p>(...)</p> <p>37. Em complemento à orientação de voto contida acima, a Sest/MGI reitera orientações quanto ao tema da remuneração global, fixa e variável, dos membros estatutários das empresas estatais federais, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</p> <p>(...)</p> <p>h) o efetivo pagamento do benefício da previdência complementar está condicionado à observância do disposto no §3º do art. 202 da Constituição e no art. 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que vedam a oferta do benefício a grupo exclusivo de empregados e equiparados legalmente e o aporte de recursos a entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.</p> <p>Lei Complementar 109/2001 (Link)</p> <p>Art. 16. <u>Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.</u></p> <p>§ 1º <u>Para os efeitos desta Lei Complementar, são equiparáveis aos empregados e associados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes de patrocinadores e instituidores.</u></p> <p>§ 2º É facultativa a adesão aos planos a que se refere o caput deste artigo.</p> <p>§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos planos em extinção, assim considerados aqueles aos quais o acesso de novos participantes esteja vedado. <i>G.n.</i></p> <p><u>Conforme Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925) no ciclo 2025/2026 foram mantidos os valores do ciclo anterior.</u></p> <p><u>13. Realizados os apontamentos cabíveis quanto à proposta encaminhada pela empresa para o período específico, reproduzem-se a seguir as recomendações da Sest/MGI usualmente aplicáveis ao item da pauta, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</u></p> <p>(...)</p> <p><u>h) o pagamento da previdência complementar está condicionado à observância do disposto no artigo 202, §3º da Constituição Federal, no artigo 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e na Resolução CGPAR nº 37 de 4 de agosto de 2022 .</u></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- Lei Complementar 109/2001 (Link)</p> <p>- <u>Regulamento PostalPrev (Link) - art. 26</u></p> <p>- <u>Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p> <p>- <u>Resolução CGPAR 37/2022 (Link)</u></p>
---------------------------------	--	--

Plano de Saúde	<p>Conforme Nota Técnica SEI nº 14/2019/CGGOV/SEST/SEST/SEDD - ME (38611977) e Anexo Nota Técnica (47145877), que o plano de saúde passou a ser pago da seguinte forma:</p> <p>Dirigentes Empregados: serão mantidos como beneficiários do plano saúde vigente nos Correios, caso já o sejam.</p> <p>Dirigentes não Empregados: Será concedido o auxílio na modalidade de reembolso, desde que as seguintes regras sejam satisfeitas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O dirigente que fizer jus ao recebimento do benefício de auxílio saúde na forma de reembolso, terá que comprovar, periodicamente, a contratação do plano de saúde ou seguro saúde e o efetivo pagamento à administradora; e • A limitação da inscrição, como beneficiários dependentes, é restrita a: <ul style="list-style-type: none"> ◦ cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo; ◦ filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade; ◦ filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente; ◦ filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e ◦ os menores sob tutela ou curatela. ◦ O reembolso do Plano de Saúde aos dirigentes será limitado ao menor valor entre: i) o montante efetivamente pago pelo plano de saúde ou do seguro saúde; ou ii) o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas. <p><u>Conforme Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925) no ciclo 2025/2026 foram mantidos os valores do ciclo anterior.</u></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14/2019/CGGOV/SEST/SEST/SEDD - ME (38611977) e Anexo Nota Técnica (47145877)</p> <p>- <u>Nota Técnica SEST_14330/2025/MGI (63851925)</u></p>
<p><u>Outras Diretrizes da Sest Remuneração Global dos Membros Estatutários</u></p>	<p><u>Para o ciclo 2026/2027 Sest, por meio do Ofício Sest 15/2026 orienta - Rem. Memb. Est. 2026-2027 (63782341), apresentou as seguintes diretrizes:</u></p> <p>5. A remuneração global dos membros estatutários das empresas estatais federais, inclusive benefícios, deverá ser fixada em Assembleia Geral, conforme art. 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p> <p>6. A instrução do voto da União referente à remuneração dos membros estatutários das empresas estatais federais ocorrerá após deliberação da proposta pelas instâncias competentes, em especial o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e o Conselho de Administração.</p> <p>(...)</p>	



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sorilene Cavalcanti, Analista X**, em 24/03/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Mendonca de Oliveira do Vale, Gerente Corporativo**, em 25/03/2026, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Genival Junior Alves Santos, Chefe de Departamento**, em 25/03/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64515287** e o código CRC **7886AFAP**.